

TERMO DE REFERÊNCIA

1. APRESENTAÇÃO

Este Termo de Referência tem por finalidade detalhar todos os aspectos necessários ao credenciamento de prestadores de serviços de saúde, pessoas jurídicas, que possuam as condições necessárias à prestação de serviços de Consulta Cardiológica e procedimentos diagnósticos em cardiologia. Em atendimento ao disposto nos artigos 6º, IX e 7º, I, da Lei 8.666/93 e com a finalidade de ofertar serviços de média complexidade em saúde, bem como garantir o acesso dos usuários ao Sistema Único de Saúde – SUS.

2. OBJETO

Credenciamento de clínicas especializadas, que possuam condições técnicas, instalações físicas, equipamentos e recursos adequados para prestar ASSISTÊNCIA AMBULATORIAL EM CONSULTA CARDIOLÓGICA E PROCEDIMENTOS DIAGNÓSTICOS EM CARDIOLOGIA, EM ADULTOS, CRIANÇAS E NEONATOS objetivando atender a necessidade existente da população de forma complementar do Sistema Único de Saúde - SUS, devendo o prestador estar localizado no município de Olinda.

As empresas interessadas, doravante, deverão apresentar declaração de que atendam aos requisitos do presente Termo de Referência.

3. JUSTIFICATIVA

3.1 Considerando:

3.1.1 A Constituição Federal (art. 30, inciso VII) e da Lei Orgânica da Saúde (art. 18, inciso I, e art. 17, inciso III) compete ao município e, supletivamente, ao estado, gerir e executar serviços públicos de atendimento à saúde da população, podendo recorrer, de maneira complementar aos serviços ofertados pela iniciativa privada, quando os serviços de saúde da rede pública forem insuficientes para garantir a cobertura assistencial necessária.

3.1.2 A Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que define no Título II, Disposição Preliminar, Art. 4º, que o conjunto de ações e serviços de saúde prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais da Administração direta e indireta e das Fundações mantidas pelo Poder Público, constitui o Sistema Único de Saúde (SUS). O § 2º indica que a iniciativa privada poderá participar do Sistema Único de Saúde (SUS) em caráter complementar.

3.1.3 A Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Regulamenta o Art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

3.1.4 A Portaria MS/GM nº 483 de 01/04/2014 redefine a Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e estabelece diretrizes para a organização de suas linhas de cuidado.

3.1.5 A Portaria de Consolidação MS/GM Nº 2 de 28 de setembro de 2017 que prevê a complementariedade na contratação de instituições privadas para a prestação de serviços de saúde, conforme seu Art. 24º, §II.

3.1.6 Que as doenças cardiovasculares (DCV) são as principais causas de morte em mulheres e homens no Brasil. São responsáveis por cerca de 20% de todas as mortes em indivíduos acima de 30 anos.

3.1.7 Que as Doenças Cardíacas são enquadradas no grupo de Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) que são doenças multifatoriais que se desenvolvem no decorrer da vida e são de longa duração. Segundo a Agenda 2030 da Organização Mundial de Saúde para o Desenvolvimento Sustentável, existe um comprometimento dos países-membros para uma redução de 30% na mortalidade prematura por doenças não transmissíveis, particularmente as doenças cardiovasculares (DCV) (cardiopatia isquêmica e acidente vascular cerebral — AVC). Essas condições são responsáveis por aproximadamente 41 milhões de mortes por ano, equivalente a 71% das mortes no mundo.

3.1.2 A Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que define no Título II, Disposição Preliminar, Art. 4º, que o conjunto de ações e serviços de saúde prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais da Administração direta e indireta e das Fundações mantidas pelo Poder Público, constitui o Sistema Único de Saúde (SUS). O § 2º indica que a iniciativa privada poderá participar do Sistema Único de Saúde (SUS) em caráter complementar.

3.1.3 A Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Regulamenta o Art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

3.1.4 A Portaria MS/GM nº 483 de 01/04/2014 redefine a Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e estabelece diretrizes para a organização de suas linhas de cuidado.

3.1.5 A Portaria de Consolidação MS/GM Nº 2 de 28 de setembro de 2017 que prevê a complementariedade na contratação de instituições privadas para a prestação de serviços de saúde, conforme seu Art. 24º, §II.

3.1.6 Que as doenças cardiovasculares (DCV) são as principais causas de morte em mulheres e homens no Brasil. São responsáveis por cerca de 20% de todas as mortes em indivíduos acima de 30 anos.

3.1.7 Que as Doenças Cardíacas são enquadradas no grupo de Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) que são doenças multifatoriais que se desenvolvem no decorrer da vida e são de longa duração. Segundo a Agenda 2030 da Organização Mundial de Saúde para o Desenvolvimento Sustentável, existe um comprometimento dos países-membros para uma redução de 30% na mortalidade prematura por doenças não transmissíveis, particularmente as doenças cardiovasculares (DCV) (cardiopatia isquêmica e acidente vascular cerebral — AVC). Essas condições são responsáveis por aproximadamente 41 milhões de mortes por ano, equivalente a 71% das mortes no mundo.

3.1.8 Que a avaliação cardiológica precoce é importante para pessoas com história familiar de doenças do coração, já que a genética é fator determinante no aparecimento de problemas cardíacos. Assim, é importante que a população em geral e os profissionais de saúde reconheçam os sinais de alerta das doenças cardíacas mais comuns, passíveis de melhor prognóstico se descobertos no início. A maioria dos agravos cardíacos é passível de diagnóstico precoce mediante avaliação e encaminhamento oportunos após os primeiros sinais e sintomas.

3.1.9 Que o município de Olinda conta com uma população aproximadamente de 393.112 habitantes, TCU/ DATASUS estimativa 2020, onde aproximadamente 73% destes são SUS dependentes (Agência Nacional de Saúde Suplementar, 2020) e que necessitam de assistência à saúde. Tendo em vista a insuficiência da rede própria em atender a demanda existente proveniente das policlínicas e USF cada vez mais crescente, atualmente a rede conta com 01 (um) médico para atender uma fila de espera de 8.238 usuários, necessitando da rede complementar.

3.1.10 A nova definição de organização político administrativa do município, o sistema passou a contar com a lógica da regionalização e da hierarquização dos serviços de saúde.

Nesse contexto, faz-se urgente a complementariedade dos serviços oferecidos pelo SUS OLINDA, com a contratação de prestadores da Rede Complementar.

4. JUSTIFICATIVA DO QUANTITATIVO

Para fins de quantificar a necessidade de consultas e exames diagnósticos para o serviço especializado em cardiologia, foi utilizada como referência a portaria ministerial MS/GM Nº 1.631 de 01/10/15, que estabelece parâmetros assistenciais, deste quantitativo foram reduzidos a produção da rede própria municipal (período de um ano), ao final temos a quantidade de procedimentos que deverão ser contratualizados, conforme Quadro a seguir:

Quadro 1 - Necessidade de Procedimentos Cardiológicos a ser credenciado, Olinda – Janeiro /2020.

POPULAÇÃO OLINDA TABNET/IBGE – ESTIMATIVA 2020: 393.112 ¹		286.972		POP SUS ² (73%)	
CONSULTAS E EXAMES ESPECIALIZADOS CARDIOLOGIA	PORTARIA 1.631 – 01/10/15 NECESSIDADE (CONSULTAS OU EXAMES/100.000hbt) ³		PRODUÇÃO de/18 a nov/19 ⁴		NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO ⁵
	PARÂMETRO	QTD/ANO	ANO	CONSULTAS/ANO	
Consulta Médica Cardiologia	6.000	17.218	3.826	13.392	
Eletrocardiograma	6.000	17.218	3.826	13.392	
Holter	300	861	0	861	
Ecocardiografia Transtorácica	1600	4.592	0	4.592	
Teste ergométrico	600	1.722	0	1.722	
Ecocardiografia Transesofágica	20	57	0	57	
Ecocardiografia de estresse	20	57	0	57	
Monitorização Ambulatorial de Pressão Arterial (M.A.P.A) ⁶		1.291	0	1.291	
TOTAL	14.540	43.017	7652	35.365	

Fonte: Departamento de Programação, Controle, Avaliação e Auditoria/DRS/SSO, fevereiro/2021.

Nota:

Nota: Fila de espera em ecocardiografia de 983, sendo 830 no CMCE e 146 no SISREG (01/01/15 a 15/02/21).

¹ População IBGE estimativa 2020

² População SUS dependente conforme cobertura de beneficiários de plano de saúde da ANS (pesquisa realizada em outubro/2020)

³ Portaria ministerial que estabelece parâmetros assistenciais

⁴ Produção TabnetPE/SIA/DATASUS (janeiro a dezembro 2019)

⁵ Necessidade (conforme apontado através da PT 1.631 de 01/10/15) - a produção (rede própria)

⁶ Parâmetro estabelecido pelo cardiologista da rede municipal, onde define que a quantidade necessária para este procedimento corresponde ao quantitativo do Holter mais a metade.

5. ESPECIFICAÇÕES DOS PROCEDIMENTOS A SEREM CREDENCIADOS

5.1 Deverão ser realizadas consultas Cardiológicas em adultos, crianças e neonatos com avaliação clínica assim como procedimentos de exames diagnósticos especializados.

5.2 Os procedimentos a serem contratados constam da Tabela SUS (tabela utilizada por todos os sistemas de informação da atenção à saúde do SUS conforme a Portaria MS/GM 321 de 08/02/2007) e estão conceituados e agrupados de acordo com o Sistema de Gerenciamento

da Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS – SIGTAP. No Quadro II, a seguir, estão descritos os grupos dos procedimentos para o Serviço especializado em Cardiologia:

Quadro 2 - Descrição das especificações dos procedimentos a serem credenciados de acordo com a Tabela de procedimentos, medicamentos e OPM do SUS, objeto deste Termo de Referência.

EXAMES DIAGNÓSTICOS POR ULTRASSOM DO SISTEMA CIRCULATÓRIO		
Grupo:	02 – Procedimentos com finalidade diagnóstica	02.05.01.001-6 - ECOCARDIOGRAFIA DE ESTRESSE
Sub-Grupo:	05- Diagnóstico por ultrassonografia	02.05.01.002-4 - ECOCARDIOGRAFIA TRANSESOFAGICA
Forma de Organização:	01- Ultra-Sonografia do Sistema Circulatório	02.05.01.003-2 - ECOCARDIOGRAFIA TRANSTORACICA
EXAMES GRÁFICOS EM CARDIOLOGIA		
Grupo:	02 – Procedimentos com finalidade diagnóstica	02.11.02.003-6 - ELETROCARDIOGRAMA
Sub-Grupo:	11 – Métodos Diagnósticos em especialidades	02.11.02.004-4 - MONITORAMENTO PELO SISTEMA HOLTER 24 HS (3 CANAIS)
Forma de Organização:	02- Diagnóstico em cardiologia	02.11.02.006-0 - TESTE DE ESFORÇO / TESTE ERGOMETRICO
		02.11.02.005-2 - MONITORIZACAO AMBULATORIAL DE PRESSAO ARTERIAL (M.A.P.A)
CONSULTA ESPECIALIZADA CARDIOLOGIA		
Grupo:	03 - Procedimentos clínicos	03.01.01.007-2 - CONSULTA MEDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA
Sub-Grupo:	01 - Consultas / Atendimentos / Acompanhamentos	
Forma de Organização:	01 - Consultas médicas/outros profissionais de nível superior	

Fonte: Sigtap/Datasus/Ministério da Saúde (consulta realizada em Fevereiro/2021)

O preço unitário máximo para realização dos exames objeto desta prestação de serviço é o constante na Tabela SUS do Ministério da Saúde, complementado pelo Tesouro Municipal, consoante no Quadro 3.

6. DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E ÁREA GEOGRÁFICA DE ABRANGÊNCIA

6.1 A prestação dos procedimentos a serem credenciados deverá ser realizada no Município de Olinda, em locais e horários previamente indicados no processo de seleção.

6.2 As cotas serão distribuídas entre a Rede de Referência do Município. Os serviços serão obrigatoriamente regulados através da Central de Regulação de Saúde de Olinda conforme a demanda das Unidades da Rede Própria Municipal.

6.3 A execução dos procedimentos de cada Forma de Organização será realizada de acordo com a necessidade apresentada pelo município, sendo vedada ao credenciado a escolha arbitrária destes.

7 IMPACTO FINANCEIRO

7.1 Para o cálculo do impacto financeiro foi considerado o quantitativo descrito no Item 4- **JUSTIFICATIVA DO QUANTITATIVO** deste Termo de Referência.

7.2 Os serviços especializados em Cardiologia, objeto do presente Termo de Referência, serão contratados tendo como referência o valor da Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS complementados pelo Tesouro Municipal, conforme procedimentos destacados no Quadro 3.

7.3 Os procedimentos constam da **Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS** e estão garantidos pelo Ministério da Saúde, financiados pelo recurso municipal de Média e Alta Complexidade/Teto MAC.

7.4 Os procedimentos serão ressarcidos com recursos da fonte SUS e terão complemento com recursos do Tesouro Municipal, conforme autorizado e aprovado pelo Conselho Municipal de Saúde por meio da Resolução Nº 034/2012.

7.5 O impacto financeiro fonte SUS mensal estimado é de **R\$ 40.225,20 (Quarenta mil, duzentos e vinte e cinco reais e dois centavos)**, e anual em **R\$ 482.702,37 (Quatrocentos e oitenta e dois mil, setecentos e dois reais e trinta e sete centavos)**. O impacto financeiro fonte Tesouro mensal estimado é de **R\$ 40.225,20 (Quarenta mil, duzentos e vinte e cinco reais e dois centavos)**, e anual em **R\$ 482.702,37 (Quatrocentos e oitenta e dois mil, setecentos e dois reais e trinta e sete centavos)**. O impacto financeiro global mensal estimado é de **R\$ 80.450,40 (Oitenta mil, quatrocentos e cinquenta reais e quarenta centavos)**, e anual em **R\$ 965.404,75 (Novecentos e sessenta e cinco mil, quatrocentos e quatro reais e setenta e cinco centavos)**, conforme descrito no quadro 3 abaixo.

7.5 A fonte de financiamento Mista: **0241 – SUS e 0101 – Tesouro.**

7.6 O preço praticado para prestação de serviços na modalidade Credenciamento poderá ser reajustado, tendo como base a Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS.

SECRETARIA DE SAÚDE
SECRETARIA EXECUTIVA DE ATENÇÃO E VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE REGULAÇÃO EM SAÚDE

Quadro 3. Impacto Financeiro dos Serviços especializados em Cardiologia por Procedimento, Olinda/fevereiro -2021.

POPULAÇÃO OLINDA TABNET/IBGE – ESTIMATIVA 2020: 393.112 ¹		286.972		POP SUS ² (73%)		PORTARIA 1.831 – 01/10/15		NECESSIDADE DE		PRODUÇÃO		NECESSIDADE DE		IMPACTO FINANCEIRO SUS		IMPACTO FINANCEIRO		IMPACTO FINANCEIRO		Total SUS + TESOURO	
CONSULTAS E EXAMES ESPECIALIZADOS CARDIOLOGIA		PORTARIA 1.831 – 01/10/15		NECESSIDADE (CONSULTAS OU EXAMES/100.000hb) ³		de/18 a nov/19 ⁴		CONTRATAÇÃO ⁵		de/18 a nov/19 ⁴		CONTRATAÇÃO ⁵		VI Unit		ANO		MÊS		ANO	
		PARÂMETRO	QTD/ANO	ANO	ANO	CONSULTAS/ANO	CONSULTAS/ANO	CONSULTAS/ANO	CONSULTAS/ANO	CONSULTAS/ANO	CONSULTAS/ANO	CONSULTAS/ANO	CONSULTAS/ANO	CONSULTAS/ANO	CONSULTAS/ANO	CONSULTAS/ANO	CONSULTAS/ANO	CONSULTAS/ANO	CONSULTAS/ANO	CONSULTAS/ANO	CONSULTAS/ANO
Consulta Médica Cardiologia		6.000	17.218	3.826	3.826	13.392	13.392	13.392	13.392	13.392	13.392	13.392	13.392	10,00	133.923,06	11.160,25	133.923,06	11.160,25	133.923,06	11.160,25	133.923,06
Eletrocardiograma		6.000	17.218	3.826	3.826	13.392	13.392	13.392	13.392	13.392	13.392	13.392	13.392	5,15	68.970,37	5.747,53	68.970,37	5.747,53	68.970,37	5.747,53	68.970,37
Holter		300	861	0	0	861	861	861	861	861	861	861	861	30,00	25.827,46	2.152,29	25.827,46	2.152,29	25.827,46	2.152,29	25.827,46
Ecocardiografia Transtorácica		1600	4.592	0	0	4.592	4.592	4.592	4.592	4.592	4.592	4.592	4.592	39,94	183.386,43	15.282,20	183.386,43	15.282,20	183.386,43	15.282,20	183.386,43
Teste ergométrico		600	1.722	0	0	1.722	1.722	1.722	1.722	1.722	1.722	1.722	1.722	30,00	51.654,92	4.304,58	51.654,92	4.304,58	51.654,92	4.304,58	51.654,92
Ecocardiografia Transesofágica		20	57	0	0	57	57	57	57	57	57	57	57	165,00	9.470,07	789,17	9.470,07	789,17	9.470,07	789,17	9.470,07
Ecocardiografia de estresse		20	57	0	0	57	57	57	57	57	57	57	57	165,00	9.470,07	789,17	9.470,07	789,17	9.470,07	789,17	9.470,07
Monitorização Ambulatorial de Pressão Arterial (M.A.P.A) ⁶			1.291	0	0	1.291	1.291	1.291	1.291	1.291	1.291	1.291	1.291	10,07	13.004,13	1.083,68	13.004,13	1.083,68	13.004,13	1.083,68	13.004,13
TOTAL		14.540	43.017	7652	7652	35.365	35.365	35.365	35.365	35.365	35.365	35.365	35.365	482.702,37	40.225,20	482.702,37	40.225,20	482.702,37	40.225,20	482.702,37	40.225,20

Fonte: DPCCA/Diretoria de Regulação/SMO – Fevereiro/2021

Memória de Cálculo:

- Procedimentos realizados para o serviço especializado em cardiologia, objeto deste Termo de Referência.
- Tabela SIGTAP/Competência fevereiro/2021 – Valor unitário
- Para o impacto financeiro anual: Necessidades X O valor Unitário tabela SUS + complemento Tesouro Municipal 100%
- Valor Anual dividido por doze (12 meses) – Números arredondados

8. DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 O acesso será definido e regulado pela Central de Regulação de Olinda, através do Sistema SISREG.

8.2 O atendimento do usuário SUS dar-se-á mediante agendamento pela Central de Marcação/Regulação, através de encaminhamento das Unidades da Rede Municipal.

8.3 O instrumento de credenciamento obedecerá às disposições deste Termo de Referência e do Edital, às normas da Lei 8.666/93 e suas alterações, às normas do Sistema Único de Saúde – SUS, aos princípios gerais da Administração Pública e, no que couber, a outras normas legais que se figurem aplicáveis.

8.4 A seleção dos prestadores dar-se-á pelo cumprimento das exigências da Proposta de Credenciamento - onde serão avaliadas a oferta de serviços e a localização do prestador em relação à Região Político- Administrativa – RPA.

8.5 Em caso de haver mais de um prestador habilitado, serão credenciados todos que atendam aos requisitos deste Termo Referência.

8.6 Os procedimentos clínicos e de diagnose constam da Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS e estão garantidos pelo Ministério da Saúde, financiados pelo Teto Municipal de Média e Alta Complexidade/Teto MAC.

8.7 Em caso de haver mais de um prestador habilitado, serão credenciados todos que atendam aos requisitos deste Termo de Referência, com distribuição de cotas de acordo com sua capacidade instalada e dados registrados no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES e Relatórios de Vistoria atualizados da Vigilância Sanitária municipal.

8.8 Havendo mais de um prestador com capacidade instalada que atenda ao limite máximo do quantitativo de procedimentos, a distribuição das cotas dar-se-á de forma equânime.

8.9 O presente processo de Credenciamento poderá ser revogado por razões de interesse público, decorrentes de fatos supervenientes, devidamente comprovados, pertinentes e suficientes para justificar sua revogação.

8.10 Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados.

8.11 Após a apresentação da solicitação de credenciamento pelos interessados e aprovação de sua habilitação, o processo deverá ser enviado à Diretoria de Regulação de Olinda para que a equipe possa realizar a análise técnica, com apoio de toda equipe da Secretaria Municipal de Saúde de Olinda e elaborar o referente parecer técnico com distribuição da quantidade dos procedimentos.

8.12 Deverão ser glosados os procedimentos que não atendam:

I. As exigências deste Termo de Referência, cobrados de forma irregular ou indevida, após ser concedida a ampla defesa e o contraditório, conforme determina a CF/88. O registro da glosa será efetuado com base no art. 11 da IN/TCU nº 35 de 23/08/00. Os valores glosados são calculados com base na tabela de procedimentos vigentes no mês de competência; e

II. os normativos da SMO utilizados no processo de auditoria (para efeito de aplicação de glosas, serão examinadas a consistência de documentação, a veracidade das informações colhidas e os motivos de conformidade, de acordo com a legislação aplicada à época de abrangência da auditoria).

III. A Contabilidade dos limites financeiros estabelecidos na Ficha de Programação Orçamentária (FPO).

IV. Aos procedimentos não confirmados no Sistema de Regulação Nacional. Serão analisados todos os procedimentos confirmados pelo SISREG com a produção extraída dos Sistemas de Informação ambulatorial e hospitalar do DATASUS. Havendo alguma não conformidade no quantitativo apontado pelos sistemas os procedimentos que não estiverem confirmados através do SISREG serão glosados.

8.13 O cartaz da Ouvidoria Municipal deverá estar afixado em local de boa visibilidade e de fácil acesso, para possibilitar o usuário realizar sugestões/reclamações/elogios ao serviço prestado.

8.14 A execução do serviço se dará a partir da assinatura do Termo de Credenciamento e reunião prévia com a Diretoria de Regulação.

8.15 O prestador deverá ofertar todo o elenco do objeto deste termo de referência

8.16 Manter atualizado o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) mensalmente, conforme orientação da Portaria SAS Nº 118 de 18 de fevereiro de 2014 e Portaria GM Nº 1.646 de 02 de outubro de 2015. O CNES deverá estar compatível com o objeto deste Termo de Credenciamento.

8.17 Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados.

8.18 Após a apresentação da solicitação de credenciamento pelos interessados e aprovação de sua habilitação, o processo deverá ser enviado à Diretoria de Regulação de Olinda para que a equipe possa realizar a análise técnica, com apoio de toda equipe da Secretaria Municipal de Saúde de Olinda, e elaborar o referente parecer técnico com distribuição da quantidade dos procedimentos.

8.19 Fica vedado ao credenciado exigir do usuário a assinatura de fatura ou guia de atendimento em branco (Decisão 656/1995 do TCU).

8.20 A execução do serviço se dará a partir da assinatura do Termo de Credenciamento

9 HABILITAÇÃO

9.1. DA APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

As empresas licitantes deverão apresentar no local, data e hora, indicados no preâmbulo deste Termo de Referência, a documentação de Habilitação em envelope opaco e lacrado, contendo externamente os seguintes dados:

DO ENVELOPE Nº 1 – HABILITAÇÃO

À PREFEITURA DE OLINDA

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA LICITANTE

ENDEREÇO DA EMPRESA LICITANTE

Nº DO PROCESSO, DATA E HORÁRIO DA ABERTURA

9.1.1 - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO - ENVELOPE Nº 1

9.1.1.1 Os documentos de habilitação, necessários à participação dos interessados no presente credenciamento, deverão ser entregues à Comissão Especial de Credenciamento da Secretaria de Saúde, nos termos descritos no item 5, observado o local e o horário constantes do Preâmbulo do presente Edital, apresentando cópias legíveis dos seguintes documentos:

9.1.1.2 As empresas interessadas deverão apresentar como comprovante de razão social, de acordo com as suas respectivas constituições legais:

EMPRESÁRIOS INDIVIDUAIS: Ato de inscrição, devidamente registrado na Junta Comercial, com as alterações, se houverem.

SOCIEDADES EMPRESARIAIS – Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e todas as suas alterações ou o respectivo instrumento de consolidação contratual em vigor, com as alterações, se houver, devidamente registrado na Junta Comercial.

SOCIEDADES POR AÇÕES - Publicações nos Diários Oficiais dos seus respectivos Estatutos Sociais em vigor, acompanhados dos documentos de eleição de seus administradores.

DECRETO DE AUTORIZAÇÃO: em se tratando de Empresa ou Sociedade Estrangeira em funcionamento no país e Ato de Registro ou Autorização para funcionamento expedido(a) pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

9.2. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.2.1. Comprovação de aptidão pelo desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto deste Credenciamento, através de atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, contendo os seguintes dados:

- Nome, CNPJ, endereço completo com telefone da empresa emitente e assinatura do responsável;
- Objeto do contrato com quantidades e prazos, afirmando ainda que a empresa executou corretamente as atividades pertinentes, atendendo a todas as condições contratuais.

9.2.2. Será considerado compatível, o atestado que contiver o quantitativo mínimo de 30% (trinta por cento) do quantitativo total a que estiver concorrendo.

9.2.3. A compatibilidade com a quantidade poderá ser feita em um atestado individual ou através da soma das quantidades indicadas e cada um dos atestados apresentados.

9.2.4. A Comissão Especial de Credenciamento da Secretaria de Saúde poderá promover diligência destinada à comprovação dos atestados fornecidos, solicitando apresentação de notas fiscais, com notas fiscais contratos ou outros documentos que julgar necessário.

9.3. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

9.3.1. Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial, em se tratando de Sociedade Empresarial, ou de Execuções, se for Sociedade Simples, expedida pelo distribuidor do Poder Judiciário relativo à Comarca da sede da pessoa jurídica e, em se tratando de filial, prevalecerá a da Comarca desta. Caso não possuam prazos de validade, somente serão aceitas as Certidões com data não excedente a 60 (sessenta) dias anteriores à data prevista para abertura das propostas, salvo disposição contrária em Lei ou Regulamento a respeito.

9.4. DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

9.4.1. Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa, da Dívida Ativa da União e da Fazenda Federal, atualizada, conforme o disposto no Decreto nº 8.302/2014 e Portaria nº 358/2014/MF.

9.4.2. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual (Certidão de Regularidade Fiscal), da sede ou domicílio do licitante, atualizada.

9.4.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede ou domicílio do licitante, atualizada.

9.4.4. Certidão Negativa de Débitos (CND), expedida pelo INSS, atualizada, podendo ser apresentada conjuntamente com a certidão de que trata o subitem 6.4.1 deste edital, conforme estabelece a Portaria RFB/PGFN nº 1751/2014.

9.4.5. Certificado de Regularidade de Situação para com o FGTS (CRS), expedida pela CEF, atualizada.

9.4.6. Apresentação da comprovação de inscrição no CNPJ atualizada, mediante o CISC – Comprovante de Inscrição e Situação Cadastral, obtido por consulta à página da Secretaria da Receita Federal na Internet.

9.4.7. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), podendo ser apresentado Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas em nome do interessado com os mesmos efeitos da CNDT,

devidamente atualizada, consoante o disposto na Lei 12.440/2012, a qual alterou os arts. 27 e 29 da Lei 8.666/93.

9.5 – CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO INC. XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

9.5.1. Declaração, assinada pelo representante legal da empresa licitante, de que não possui em seu quadro funcional empregado(s) menor(es) de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menor de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, e somente a partir dos 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal de 1988 – Anexo III.

9.6. Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde (CNES) devidamente atualizado e sem inconsistências durante a vigência do processo de Credenciamento. O CNES deverá estar compatível com o objeto desta Convocação.

9.7. Cópia do diploma de graduação de todos os profissionais de nível superior da área de saúde e cópia da Carteira de Identidade Profissional no conselho de classe para o cumprimento do objeto do presente Credenciamento.

9.8. Apresentar licença de funcionamento, emitido pelo órgão sanitário competente (estadual ou municipal), da sede da licitante, válida para o ano em exercício. Não será aceita licença de funcionamento com endereço diverso do endereço atual de funcionamento da empresa. Caso a licença de funcionamento esteja vencida, a proponente deverá apresentá-la acompanhada de protocolo de revalidação, sendo necessário que este tenha sido requerido até 120 (cento e vinte) dias anteriores ao término da data da vigência da licença de funcionamento, conforme disposto no § 2º do art. 22 do Decreto nº 74.170/74.

9.9. Solicitação de Credenciamento em papel timbrado da proponente, datilografada ou digitada, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ambiguidades, informando o local no qual prestará os serviços, bem como a infra-estrutura, equipamentos e recursos humanos (relação nominal, número de inscrição de cada um no respectivo conselho profissional competente).

9.10. Apresentar Proposta de Credenciamento, conforme Anexo I – Modelo de Credenciamento à Prestação dos Serviços Previstos no Termo de Referência, onde serão avaliadas a oferta de serviços e a localização do prestador em relação à Região Político-Administrativa – RPA.

9.11. Declaração da empresa interessada, observadas as penalidades cabíveis, da inexistência de fato superveniente e impeditiva da habilitação.

9.12. DAS CONDIÇÕES GERAIS DE HABILITAÇÃO

9.12.1. A não apresentação da documentação mencionada nos subitens 9.1 a 9.11 acarretará a imediata inabilitação do licitante.

9.12.2. Sob pena de inabilitação, as pessoas que assinarem as declarações exigidas deverão comprovar, conforme o caso, através de procuração, contrato social ou ata de assembleias de diretores, poderes para tal representação, ficando retida no processo a documentação de comprovação.

9.12.3. A licitante deverá apresentar Procuração Pública ou Particular, outorgando poderes ao seu preposto para representá-la no Credenciamento, através de representante devidamente identificado através do Ato Constitutivo/Contrato Social do licitante. A falta deste documento não inabilitará o Credenciado, porém o preposto não estará apto a representar a empresa.

9.12.4. Será inabilitado o licitante que deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos ou apresentá-los em desacordo com as exigências deste edital.

9.12.5. Não serão admitidas cópias processadas por fac-símile, mesmo que autenticadas em cartório.

9.12.6. As cópias da documentação deverão estar legíveis, e quando não autenticadas em cartório, acompanhadas do seu original, para a devida conferência da Comissão Especial de Credenciamento da Secretaria de Saúde.

9.12.7. A Comissão Especial de Credenciamento da Secretaria de Saúde poderá exigir dos licitantes a exibição de documentos originais para conferência, mesmo quando forem apresentados em cópias autenticadas.

9.12.8. Os documentos emitidos via internet por órgãos ou entidades públicas e suas cópias reprográficas dispensam a necessidade de autenticações e, em caso de deficiência nas informações constantes nos documentos apresentados, os mesmos poderão ser autenticados via internet durante a sessão ou, posteriormente, em sede de julgamento de habilitação. A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos de informações, no momento da verificação da habilitação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo alcançados os documentos pela verificação, bem como constatada a ausência dos originais para autenticação, o Credenciado será inabilitado.

9.12.9. Os documentos exigidos na habilitação, que exijam verificação de sua autenticidade na internet e que tenham sido apresentados com alguma restrição, poderão ser supridos pela Comissão Especial de Credenciamento da Secretaria de Saúde, através de consulta realizada na internet no momento de abertura do respectivo envelope ou, posteriormente, em sede de julgamento de habilitação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo alcançados os documentos pela verificação, o licitante será inabilitado.

9.12.10. Todas as certidões exigidas deverão estar dentro de seus prazos de validade, sob pena de inabilitação do licitante. As certidões que não mencionarem o prazo de validade serão consideradas válidas por 60 (sessenta) dias da data da emissão, salvo disposição contrária em

lei ou em regulamento a respeito. No que se refere à comprovação de inscrição no CNPJ, a sua atualização compreenderá o prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias da data da emissão, salvo disposição contrária em lei ou em regulamento a respeito.

9.12.11. Serão admitidas as certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

9.12.12. Caso o interessado esteja isento de algum documento exigido neste Edital, deve apresentar declaração do órgão expedidor informando sua isenção.

10.0 OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA

10.1 Atender às disposições legais e se submeter às normas técnicas e administrativas e aos princípios e diretrizes do SUS.

10.2 Manter atualizado o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) mensalmente, conforme orientação da Portaria SAS Nº 118 de 18 de fevereiro de 2014 e Portaria GM Nº 1.646 de 02 de outubro de 2015. O CNES deverá estar compatível com o objeto deste Termo de Contratação.

10.3 Obedecer às normas da Vigilância Sanitária, apresentando licença de funcionamento vigente.

10.4 Atender a Resolução – RDC Nº 50 de 21 de fevereiro de 2002 que dispõe sobre o regulamento técnico para planejamento, programação, elaboração e avaliação de projetos físicos de estabelecimentos assistenciais de saúde.

10.5 Aceitar e se submeter a avaliações sistemáticas de acordo como Programa Nacional de Avaliações de Serviços de Saúde – PNASS.

10.6 Permitir o acesso dos conselheiros, pertencentes ao Conselho Municipal de Saúde, ao controle social dos serviços, desde que devidamente identificados e mediante prévia comunicação.

10.7 Cumprir as diretrizes da Política Nacional de Humanização.

10.8 Diligenciar para que o CREDENCIAMENTO oriundo deste Termo de Referência viabilize a consecução dos serviços de acordo com os objetivos e finalidades especificados e em conformidade com as normas legais pertinentes.

10.9 É de responsabilidade exclusiva e integral do credenciado, a utilização de pessoal para execução dos respectivos procedimentos, incluídos encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujo ônus e obrigações, em nenhuma hipótese, poderão ser transferidos para o Município ou Secretaria de Saúde.

10.10 Todas as despesas decorrentes da contratação, inclusive materiais de consumo e equipamentos necessários à execução dos trabalhos, bem como encargos trabalhistas, previdenciários e tributários decorrentes da execução do contrato, ficarão exclusivamente a cargo da unidade CREDENCIADA, cabendo-lhe, ainda, a inteira responsabilidade (civil e penal), por quaisquer acidentes de que possam vir a serem vítimas os seus empregados quando em serviço, bem como por quaisquer danos ou prejuízos porventura causados a terceiros e à Secretaria Municipal de Saúde, pelos mesmos.

10.11 Deverá cumprir todas as exigências das Leis e Normas de Segurança e Higiene no Trabalho, fornecendo os adequados equipamentos de proteção individual e coletiva.

10.12 Responsabilizar-se por todos os danos causados direta e indiretamente, a terceiros ou à Administração.

10.13 Responsabilizar-se por cobrança indevida feita ao paciente ou seu representante, por profissional empregado ou preposto, em razão da execução do contrato firmado.

10.14 Eximir-se de cobrar diretamente do usuário/beneficiário qualquer importância concernente aos procedimentos inseridos nas tabelas adotadas.

10.15 Indicar ao Gestor Municipal do Termo de Credenciamento, designado pela Secretaria Municipal de Saúde de Olinda, nos termos do art. 67 da Lei 8.666/93:

10.14.1 O responsável técnico pelos serviços prestados, designado de acordo com a legislação de regência dos serviços médicos.

10.14.2 O Gestor do Termo de Credenciamento, definido pela CREDENCIADA, para figurar como seu interlocutor perante a Secretaria de Saúde de Olinda.

10.16 Manter, durante toda a vigência do Termo de Credenciamento, as condições de habilitação iniciais.

10.17 Manter a qualidade dos serviços e se sujeitar à fiscalização permanente do CREDENCIANTE, durante toda a vigência do Termo de Credenciamento.

10.18 Apresentar a documentação exigida, a qualquer tempo, pela CREDENCIANTE.

10.19 Informar imediatamente a CREDENCIANTE qualquer alteração que importe a perda, total ou parcial, dos requisitos profissionais ou pessoais exigidos como condição para o presente credenciamento.

10.20 Regular todos os procedimentos objeto deste credenciamento através do Sistema Nacional de Regulação, o prestador deverá obrigatoriamente confirmar no SISREG todo procedimento realizado, podendo sofrer penalidade se descumprimento deste item.

10.21 Fornecer a sua disponibilidade de agenda com data e hora de acordo com sua capacidade instalada para que sejam realizados os agendamentos. A Secretaria de Saúde poderá solicitar o aumento do quantitativo de atendimentos para o Credenciado, quando necessário, para em comum acordo poderem atender à população sem causar maiores transtornos.

10.22 Encaminhar mensalmente até o quinto dia útil de cada mês as agenda dos profissionais que realizarão o atendimento dos serviços contratados neste objeto de acordo com o calendário de abertura de agendas disposto na tela inicial do Sistema SISREG (data limite estabelecido no sistema). O não cumprimento desta exigência poderá acarretar incidência de uma das formas de sanções previstas no item 17 (Das Penalidades).

10.23 Comunicar ao Setor de Regulação alterações de agenda do profissional, reformas, conserto ou troca de equipamento com no mínimo 30 dias de antecedência através de email institucional informado pela Diretoria de Regulação ou oficialmente por meio de ofício.

10.24 Apresentar relatórios mensais de atividade, sempre que solicitado pelo gestor, que demonstrem, quantitativa e qualitativamente, o atendimento do objeto do Termo de Credenciamento.

10.25 Garantir que a entrega dos resultados dos exames dar-se-á no local onde foi realizado o procedimento e que deverá ser disponibilizado aos pacientes através da internet e/ou

impresso podendo ser reservado somente aos pacientes e médicos solicitantes. A entrega do resultado de exames deve cumprir o prazo recomendado de no máximo 7 (sete) dias.

10.26 A empresa credenciada deverá enviar, mensalmente, a produção em meio magnético ao Setor de Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria do Município de Olinda. Os procedimentos devem ser digitados em sistemas de informação do Ministério da Saúde, ou sistemas próprios com layout definido pelo Ministério da Saúde.

10.27 Responsabilizar-se civil, administrativa e penalmente, sob as penas da lei, por quaisquer danos ou prejuízos materiais ou pessoais, que venha a causar e/ou causados pelos seus empregados ou prepostos à CREDENCIANTE ou a terceiros.

11.0 OBRIGAÇÕES DO CREDENCIANTE

11.1 Acompanhar a execução do objeto deste Termo de Referência e efetivar a satisfação do crédito da CREDENCIADA nos termos dispostos neste instrumento e respectivo Edital.

11.2 Prestar quaisquer esclarecimentos que venham a ser formalmente solicitados pela CREDENCIADA e que sejam pertinentes ao objeto do presente Termo de Credenciamento.

11.3 Facilitar, por todos os meios, o cumprimento da execução da CREDENCIADA, dando-lhe acesso e promovendo o bom entendimento entre seus funcionários e empregados da CREDENCIADA, cumprindo com as obrigações pré-estabelecidas.

11.4 Notificar por escrito à CREDENCIADA qualquer irregularidade relacionada ao Contrato.

11.5 Promover o DESCREDENCIAMENTO da CREDENCIADA por razões devidamente fundamentadas em fatos supervenientes ou conhecidos após o credenciamento, desde que importem em comprometimento da sua capacidade jurídica, técnica, fiscal ou da postura profissional, ou, ainda, que venha a interferir no padrão ético e/ou operacional dos serviços contratados, sem que haja lugar a qualquer direito a indenização, compensação ou reembolso à CREDENCIADA seja a que título for.

12.0 DA FISCALIZAÇÃO

12.1. A CREDENCIADA sujeitar-se-á à fiscalização da autoridade competente, encarregada do acompanhamento e da execução dos serviços pactuados.

12.2. A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização pela Secretaria de Saúde de Olinda NÃO eximirá a CREDENCIADA da total responsabilidade pela má prestação dos serviços.

12.3. Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto do presente Termo de Referência, deverão ser prontamente atendidas pela CREDENCIADA, sem qualquer ônus para a Secretaria de Saúde de Olinda.

12.4. O Termo de Credenciamento deverá ser assinado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da notificação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Termo de Referência.

13.0 VIGÊNCIA DO TERMO DE CREDENCIAMENTO

13.1 O Termo de Credenciamento terá o prazo de vigência de 12 (Doze) meses, contados a partir da data de assinatura do referido instrumento, podendo ser prorrogado, por interesse das partes, até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos do artigo 57, II, da Lei 8.666/93.

13.2 Sendo de interesse da CREDENCIANTE, a CREDENCIADA deverá apresentar 60 (sessenta) dias antes de findo o contrato inicial, as documentações da habilitação, item deste termo de referência, para elaboração de aditivo contratual.

Parágrafo Único: Qualquer alteração do Termo de Credenciamento, somente será admitida mediante justificativa prévia, devidamente aprovada pela autoridade competente, e por meio de termo aditivo próprio.

14.0 DO PAGAMENTO

14.1 Os valores devidos ao contratado serão pagos mediante a apresentação da produção em meio magnético e documentos comprobatórios de acordo com as datas informadas no cronograma disponibilizado pela Diretoria de Regulação. Deverão ainda entregar uma relação dos procedimentos realizados discriminando: nome do paciente, código e nome do procedimento, juntamente com a segunda via dos PROTOCOLOS DE REQUISIÇÃO recebidos pela Central de Regulação do município.

14.2 A relação acima deverá conter data, assinatura e carimbo do funcionário responsável pela credenciada.

14.3 Após o processamento da produção, o Departamento da Programação, Controle, Avaliação e Auditoria/Diretoria de Regulação, disponibilizará os relatórios de comprovação

dos serviços, extraídos dos sistemas SIA/SUS (Sistema de informação Ambulatorial) para que a credenciada possa emitir a Nota Fiscal/Fatura e anexar as Certidões Negativas de Débitos (CND), Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, Certidão de Regularidade Fiscal Municipal e Estadual, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, nos termos da Lei 8.666 e Lei 8.212, dentro de seus prazos de validade encaminhando por meio de ofício ao setor competente para pagamento.

14.4 A Fatura/Nota Fiscal deverá ser emitida em nome da Prefeitura Municipal de Olinda, CNPJ nº 10.404.184/0001-09 e conter o número do empenho que originou a nota com a descrição dos serviços prestados, acompanhada do relatório de produção disponibilizado pelo Setor de Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria da Secretaria Municipal de Saúde de Olinda, utilizando-se, como base de cálculo, os valores constantes na Tabela do SUS, vigentes na data do atendimento.

14.5 Ao Município/Secretaria Municipal de Saúde reserva-se o direito de realizar análises técnicas e financeiras dos documentos apresentados para pagamento, de efetuar glosas totais ou parciais dos valores cobrados e de submetê-los à perícia, sem qualquer custo para o CREDENCIADO, que se obriga a suportá-la, prestando todos os esclarecimentos necessários. O pagamento somente será efetuado mediante apresentação de documento fiscal idôneo.

14.6 Deverão ser glosados os procedimentos cobrados de forma irregular ou indevida, após serem concedidos à ampla defesa e o contraditório, conforme determina a CF/88. O registro da glosa será efetuado com base no art. 11 da IN/TCU nº 35 de 23/08/00. Os valores glosados são calculados com base na tabela de procedimentos vigentes no mês de competência.

14.7 Somente será efetuado o pagamento quando as Notas Fiscais vierem com cópia atualizada da CND (Certidão Negativa de Débitos) para confirmar a regularidade da situação

da empresa que são: 1. Regularidade Fiscal Municipal, 2. Estadual (débitos negativa e regularidade fiscal), 3. Regularidade do FGTS, 4. Débitos Trabalhista, 5. Positiva com efeitos negativa de débitos Federais da União.

14.8 O pagamento dar-se-á através de crédito em conta corrente preferencialmente no Banco do Brasil ou outra Instituição Bancária indicada pela CREDENCIADA, devendo a mesma entrar em contato com a Diretoria Administrativa Financeira da Secretaria de Saúde de Olinda.

14.9 À Secretaria de Saúde de Olinda reserva-se o direito de suspender o pagamento se a prestação dos serviços for realizada em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência.

14.10 O serviço será quantificado e o pagamento efetuado de forma proporcional à quantidade realizada por mês, mediante confirmação dos procedimentos executados pelo SISREG, Ficha de Programação Orçamentária (FPO) e Sistemas de Informação do DATASUS (SIA), havendo o cruzamento dos sistemas supracitados.

15.0 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município de Olinda para o exercício de 2021, na classificação abaixo:

- **Programa: 3034**
- **Projeto Atividade: 4034 – Desenvolvimento da Atenção Especializada na Média e Alta Complexidade.**
- **Sub-ação: 477**

- **Natureza da Despesa: 339039 – Serviço de Pessoa Jurídica.**
- **Fonte de Recursos: 0214 – SUS**

16.0 DA RESCISÃO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO

16.1 Constitui motivo de rescisão do presente Termo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78 da Lei 8.666/93 e suas alterações, desde que cabíveis à presente contratação, resguardadas as prerrogativas conferidas pelo artigo 58, observados também os critérios contidos nos artigos 77, 79 e 80, todos da referida Lei.

16.2 O Termo de Credenciamento será rescindido em caso de contingenciamento de recursos que impeça o empenho.

16.3 O CREDENCIADO poderá, desde que não prejudique a saúde do usuário do SUS Olinda, solicitar formalmente o descredenciamento, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, período em que será mantido o atendimento aos pacientes da CREDENCIANTE. Deverão ser concluídos pelo CREDENCIADO os tratamentos em curso, salvo nos casos de expressa manifestação técnica ou administrativa da CREDENCIANTE.

16.4 Na hipótese de notificação para rescisão do presente termo de credenciamento o CREDENCIADO se obriga a identificar e informar por escrito à CREDENCIANTE os seus beneficiários que se encontrem em tratamento continuado, que necessitem de atenção especial e que não possam sofrer descontinuidade no tratamento sem prejuízo para a saúde do beneficiário.

16.5. O descredenciamento poderá ser determinado por:

16.5.1. Deixar de atender aos usuários alegando atraso no recebimento dos valores já faturados;

16.5.2. Identificação de ocorrência de fraude, simulação, infração às normas sanitárias ou fiscais, ou ainda, descumprimento das exigências e instruções constantes no Edital, na sua proposta ou neste termo de credenciamento;

16.5.3. Reclamações fundamentadas e reincidentes quanto ao atendimento prestados aos usuários do SUS Olinda;

16.5.4. Reincidência na cobrança de serviços não executados ou executados irregularmente, devidamente comprovada;

16.5.5. A negativa imotivada com relação aos serviços prestados, sem prévia notificação à CREDENCIANTE.

16.6. Nas hipóteses previstas no presente item não cabe ao CREDENCIADO o direito de indenização de qualquer natureza, ressalvando-se a obrigação da CREDENCIANTE em pagar pelos serviços prestados até a data da rescisão.

16.7. A CREDENCIANTE poderá, em se verificando o descumprimento de normas estabelecidas neste termo de credenciamento, interromper temporariamente a sua execução até decisão exarada em processo administrativo sumário próprio que, observados o contraditório e a ampla defesa, comprovada a culpa ou dolo, decidirá pelo descredenciamento do CREDENCIADO.

16.8. O descredenciamento não eximirá o CREDENCIADO das garantias assumidas em relação aos serviços executados e de outras responsabilidades que legalmente lhe possam ser imputadas.

17.0 PENALIDADES

Se a Credenciada desistir ou atrasar a efetivação do objeto deste instrumento, ficará sujeita às sanções previstas no Decreto nº 213/2002 e Decreto nº 120/2011, do Município de Olinda, que dispõe sobre a aplicação de multas previstas na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, e suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Olinda, por prazo de 02 (dois) anos, devendo o valor da multa ser recolhido na rede bancária autorizada, através de DAM – Documento de Arrecadação Municipal, no prazo de 03 (três) dias a contar do recebimento da notificação da penalidade, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas no Art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Parágrafo Único: Após o 15º (décimo quinto) dia de aplicação da multa de que trata esta Cláusula, e persistindo a causa que lhe deu efeito, o CREDENCIANTE poderá promover a rescisão do Termo de Credenciamento, sem prejuízo de outras medidas legais cabíveis.

18.0 DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

18.1 Nos termos do art. 67 da Lei 8.666/93, ficam designados como Gestor Estadual e Fiscal do Contrato:

18.1.1 A Gestão do Contrato ficará a cargo da Secretaria de Saúde de Olinda sendo o gestor designado formalmente quando da formalização contratual, de acordo com art. 67 §§ 1º e 2º, da Lei 8.666/93.

18.1.2 O fiscal do contrato (juntamente, quando exigir o caso, com seus respectivos auxiliares) será designado pela Secretaria de Saúde de Olinda, para acompanhar e exercer a fiscalização do contrato (ou ajuste que resultar pactuação formal), em todas as suas fases, na respectiva vigência, e estará especialmente atribuído de poderes, a fim de cumprir os ditames e parâmetros que a lei nº 8.666/93 estabelece, de especial forma, para as disposições contidas nos seus arts. 67 a 76.

18.2 Não obstante a CREDENCIADA ser a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, à CREDENCIANTE é reservado o direito de, sem que de qualquer forma restringir a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente ou por prepostos designados, podendo para isso:

18.2.1 Ter livre acesso aos locais de execução do serviço.

18.2.2 Exercer a fiscalização dos serviços credenciados, de modo a assegurar o efetivo cumprimento Termo de Credenciamento.

18.3 O fiscal do contrato será a pessoa CREDENCIADA para prestar quaisquer informações e/ou esclarecimentos de qualquer natureza, sobre o objeto licitado.

18.4 A CREDENCIADA se obriga a cumprir fiel e integralmente perante a Diretoria de Regulação da SMO, as exigências que venham a ser feitas pelo fiscal do contrato.

18.5 A CREDENCIADA proporcionará ao Fiscal do Contrato total liberdade para o pleno exercício de suas funções, devendo atender, de imediato, as exigências por ele impostas ou se vier a discordar, interpor recursos junto a Secretaria de saúde de Olinda.

18.6 A CREDENCIADA obriga-se a fornecer, em qualquer época, os esclarecimentos técnicos que venham a ser solicitados pelo Fiscal do Contrato, no que se refere ao objeto deste Termo de Referência, de modo a garantir o seu perfeito acompanhamento técnico.

19. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1 É vedada a subcontratação, parcial ou total, do objeto pactuado, não podendo a CREDENCIADA transferir a outrem a sua execução, salvo prévia e expressa autorização do CREDENCIANTE e desde que a prestação do serviço transferido seja realizado no município de Olinda – PE.

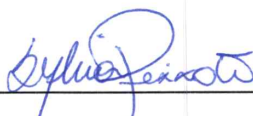
19.2 Os casos omissos serão resolvidos pela CREDENCIANTE à luz das disposições constantes da Lei 8.666/93, dos princípios do direito público e, subsidiariamente, com base em outras normas jurídicas que sirvam ao suprimento de eventuais lacunas.

Olinda, 15 de fevereiro de 2021.



Lívia Borba

Secretaria Executiva de Atenção e Vigilância em Saúde – SEAVS



Sylvia Peixoto

Direção de Regulação em Saúde - DREG

ANEXO I

**MODELO DE CREDENCIAMENTO À PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PREVISTOS NO TERMO DE REFERÊNCIA
(EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)**

Declaramos em atendimento ao previsto no Termo de Referência alusivo ao credenciamento de empresas prestadoras de serviços especializados em Cardiologia, com finalidade de realizar consulta especializada em cardiologia e exames diagnósticos cardiológicos, em adultos, crianças e neonatos, que possuímos condições de infraestrutura, equipamentos e recursos humanos adequados à prestação dos serviços em tela, destacando que ofertamos os procedimentos abaixo especificados:

Procedimento	Quantidade de Exames ofertados/mês	Horário de Atendimento	Dia do atendimento
Consulta Médica Cardiologia			
Eletrocardiograma			
Holter			
Ecocardiografia Transtoracica			
Teste ergométrico			
Ecocardiografia Transesofágica			
Ecocardiografia de estresse			
Monitorização Ambulatorial de Pressão Arterial (M.A.P.A)			

Obs: Especificar a quantidade de procedimentos a ser ofertado mensalmente, levando em consideração sua capacidade instalada, bem como dias e horários de atendimento.

DADOS BANCÁRIOS PARA PAGAMENTO

BANCO
AGÊNCIA
CONTA CORRENTE
Local/Data

(Assinatura e identificação do responsável legal da empresa)